



**AOS ILUSTRÍSSIMOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ.**

Pregão Eletrônico 90003/2024.

THIAGO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.352.187/0001-96, sediada na Rua Bancário Geraldo Gonçalves, nº 215, Feitosa, Maceió/AL, CEP 57043-030, representada pelo seu sócio JONAS THIAGO DE OLIVEIRA RODRIGUES, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 077.232.494-89, inscrito na Ordem dos Advogado do Brasil - Seccional Alagoas sob o nº 12.534, domiciliado no endereço acima descrito, vem a presença de Vossas Senhorias, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que desclassificou a empresa ora recorrente.

DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de pregão eletrônico de nº 90003/2024, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de consultoria e assessoria trabalhista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, com valor estimado de contratação, conforme consta no termos de referência, de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).

O pregão se deu na data de 29 de Outubro de 2024, onde foi apresentada proposta de valor global, por este recorrente, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Destaca-se que o processo licitatório até o presente momento, trâmitou de forma regular, contudo foi classificado para fase de habilitação, a pessoa jurídica Menezes e Menezes Advogados Associados, cuja proposta se deu no valor de



R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) sendo o valor global e R\$ 1.458,33 (mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), representado valor mensal do contrato.

A Lei 14.133/2021, que fundamentou o presente certame dispõe em seu art. 11, inciso III, que um dos objetivos da licitação é também evitar contratações com preços inexequíveis, senão vejamos;

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Diante deste dispositivo e, considerando que a Lei de Licitações estipulou o percentual de inexequibilidade apenas para as obras e serviços de engenharia, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Do Ministério Da Economia – SEGES, publicou a Instrução Normativa 73/2022, para regulamentação de termos omissos. Assim, restou publicado em seu art. 34, que para casos de contratação de bens e serviços, tem-se por inexequíveis contratações com valores inferiores a 50% do preço de referência.

Abaixo vejamos o que aduz a regulamentação da norma sobre o tema;

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Ou seja, valores abaixo de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais) deverão ser, de ofício, desclassificados, uma vez que restam evidentes os indícios de inexequibilidade do contrato, que no caso em tela vão desde o 1º (primeiro) colocado ao 10º (décimo colocado).

Verifica-se que o valor mensal, ofertado pela empresa vencedora, chega ao valor irrisório de R\$ 1.458,33 (mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), mensais, aviltando assim os valores praticados no mercado da advocacia, caracterizando ainda a desvalorização do profissional advogado.

Ao observar o Edital, verificamos que no item 4.9, o mesmo assevera que;

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



O item acima corrobora com toda argumentação apresentada no presente recurso.

Verifica-se ainda que o edital destaca que:

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo CRCRJ.

A lei 14.133/21 em seu artigo 59, aduz que;

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Ou seja, analisando todos os itens do edital, termo de referência e ETP, resta comprovado que as empresa que ofertaram valores abaixo do determinado pela legislação vigente, no que concerne ao valor estimado, deverão, de ofício, serem desclassificadas, sob pena, em caso de não procedência do presente recuro, este certame contrariar a lei 14.133/2021.

DA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE.

O princípio da economicidade vem expressamente previsto no art. 70 da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

Além de princípio Constitucional a economicidade está por todo ordenamento infraconstitucional, inclusive na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, senão vejamos;

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:

§ 1º No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de



gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

(...)

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

Tomando como exemplo as contratações, podemos dizer que antes de encaminhar a solicitação de contratação, deve ser conduzida análise da economicidade, que é a verificação da capacidade da contratação em resolver problemas e necessidades reais do contratante, da capacidade dos benefícios futuros decorrentes da contratação compensarem os seus custos e a demonstração de ser a alternativa escolhida a que traz o melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário sócio-econômico.

No caso do presente certame, a proposta do recorrente foi de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) referente ao valor global, ou seja, dentro dos limites impostos pela legislação que fundamenta o presente certame.

No caso da não procedência do presente recurso, o certame encontra-se em grande risco de ser invalidado, pela contrariedade à lei 14.133/2021, o que caracterizaria um grande prejuízo ao órgão licitante, uma vez que todo o trabalho dedicado seria perdido.

Importante mencionar ainda, o custo que o licitante teria, ao ser realizado novo certame, caso o presente recurso seja indeferido, incorrendo assim, esta comissão, em não observância ao princípio da economicidade, no qual deve ser observado, conforme preleciona a legislação pátria.

DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer as Vossas Senhorias.

A - Que sejam desclassificadas todas as propostas que encontram-se abaixo de 50% (cinquenta por cento) do valor estimado, nos termos do Edital e Termo de Referência, conforme preceitua a Lei 14.133/2021, que no caso em tela, representam do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) colocado.



B - Que seja determinada a suspensão do presente processo licitatório até o julgamento do presente recurso, com fundamento no artigo 168, parágrafo único da Lei 14.133/21.

C - Que após o julgamento procedente do presente recurso, que seja dada continuidade ao certame, garantindo a observância aos princípios da legalidade, isonomia e economicidade.

Termos em que

Pede deferimento.

Maceió/AL, 27 de Novembro de 2024.

THIAGO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ nº 52.352.187/0001-96.